

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE CASTRO DAIRE

Glória
Dolores

NÚMERO DOIS DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

-----Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto nos números 1 e 2, do artigo 27.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Eram dez horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto Um – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira. -----

Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2022.-----

Ponto Três - Tomada de conhecimento da Alteração Simplificada ao PDM – Correção Material, em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 122.º do RJIGT, na sua atual redação. -----

Ponto Quatro - Acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros para o ano de 2022.-----

Ponto Cinco – Comunicação situação económica e financeira relativa ao primeiro e segundo semestres do ano de 2021 – ROC para cumprimento da alínea d) do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 12 de setembro. -----

Ponto Seis – Apreciação do inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e respetiva avaliação, em conformidade com o disposto na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º conjugado com o n.º 2, do artigo 27.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Ponto Sete – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas para o ano de 2021, nos termos das disposições legais referidas no ponto anterior. -----

[Handwritten signatures]

Ponto Oito – Alteração orçamental modificativa – Revisão número um, para efeitos da alínea para efeitos da alínea a) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro. -----

Ponto Nove – Análise, discussão e aprovação do Projeto de Alteração do Regulamento do Cartão Municipal Viver Mais, para cumprimento da alínea g) do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, na sua atual redação. -----

Ponto Dez – Análise, discussão e aprovação do Projeto de Criação do Regulamento de Funcionamento do Auditório do Centro Municipal de Cultura, para cumprimento da alínea g) do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, na sua atual redação.-----

Ponto Onze - *Pombeira Adventure Park* - Análise e Emissão da Declaração de Interesse Municipal da operação “Renovação das Aldeias – Recuperação dos Moinhos Ancestrais da Pombeira, Tomadas de Água e Percursos Pedonais”. -----

Ponto Doze - Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentando os elementos da Mesa da Assembleia, o Sr. Presidente, os Senhores Vereadores, todos os membros da Assembleia e funcionários do município. -----

----- **Período de Intervenção do público de harmonia com o n.º 1, do artigo 49.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

Não se registou a presença de público nesta Sessão. -----

-----**Leitura e apreciação do expediente;**-----

A Senhora Presidente informou que o 2.º Secretário, Paulo Morais, estava fora do país não podendo estar presente, sendo substituído pelo membro Augusto João Silva Mendes Marcelino, cumprindo o disposto no número quatro do artigo vigésimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal. O deputado municipal Márcio Santos não pode estar na sessão por motivos profissionais assim como José de Almeida Gonçalves. Regista-se a ausência, ainda não justificada, da deputada municipal Joana Sevivas. O Presidente da Junta de Freguesia de Cujó fez-se substituir por Delfina Ramalho. Informou que esteve presente na reunião do Conselho Municipal de Educação, onde foi aprovada a alteração à Carta Educativa. Deu conta que as comemorações do 25 de abril irão ter

Glória
Spina

início às nove horas e trinta minutos, com o hastear de bandeiras, em frente aos Paços do Município, acompanhado pela Banda da Sociedade Filarmónica de Mões, seguindo em direção ao Auditório do Centro Municipal de Cultura, onde intervirão os grupos municipais, O CHEGA, Partido Socialista e Coligação PSD/CDS assim como o Presidente de Câmara. Seguir-se-á um momento de poesia, com Celeste Almeida e um momento musical alusivo ao tema do 25 de abril, após o que se seguirá o momento de encerramento. -----

-----**Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Relativamente ao requerimento feito, há uns tempos atrás, a esta Assembleia, relativamente aos processos de fornecimento de pedra para a obra do jardim e adjudicação de seguros, consultados os elementos facultados informa o seguinte: constava que o fornecimento já tinha sido adjudicado a uma empresa e que essa mesma a adjudicação havia sido anulada e repartido o fornecimento, por três empresas. Apurou-se que o valor de fornecimento foi repartido em três lotes, um para os bancos, outro para as escadarias e outro para as lajes. O fornecimento para as escadarias, no valor de dezanove mil e seiscentos euros, mais IVA, foi atribuído por ajuste direto à empresa atrás referida, o fornecimento dos bancos, foi atribuído a outra empresa por nove mil quatrocentos e vinte e seis euros e trinta e dois cêntimos, mais IVA, também por ajuste direto. O fornecimento para as lajes foi alvo de fornecimento por consulta prévia, participando a empresa a quem tinha sido adjudicado o fornecimento da escadaria, com uma proposta no valor de cinquenta mil cento e sessenta euros, a empresa que obteve o fornecimento dos bancos com uma proposta no valor de trinta e nove mil seiscentos e trinta e nove euros e sessenta cêntimos e uma terceira empresa que ofereceu o valor mais baixo, trinta e oito mil duzentos e oitenta euros e à qual foi adjudicado o fornecimento. Todas as empresas têm sede no concelho. Quanto aos ajustes diretos estranha que o fornecimento para as escadarias tenha sido efetuado pelo valor próximo do limite legal para este tipo de procedimento. Quanto à consulta prévia, estranha a diferença entre os valores apresentados. Quanto aos seguros dois mil e vinte, o executivo decidiu promover um concurso diretamente às seguradoras. Na atualidade, os seguros foram atribuídos ao mesmo de sempre. Há muitos anos que os mediadores de seguros do concelho se sentem desprezados. Se a intenção for a redução de custos, deixou uma sugestão: dividir por lotes e fazer a consulta aos mediadores do concelho. Propôs que fosse votada a seguinte recomendação ao Executivo Municipal: *“Considerando: 1) que a crise provocada pela pandemia de Covid teve um impacto económico forte na sociedade, e em particular, nas corporações de bombeiros. 2) Que a*



atual situação mundial está a provocar uma crise nos combustíveis, agravando-se ainda mais os seus preços; 3) Que é claro que o Governo PS não é capaz de alcançar soluções que diminuam o impacto que, as sucessivas crises, tiveram e têm nos cidadãos e nas instituições; 4) Que em Castro Daire, como qualquer concelho do Interior, está numa situação particularmente grave, no que aos incêndios florestais e socorro das pessoas diz respeito; 5) Que a Corporação de Bombeiros tem e terão necessidade de suportar, nos próximos meses, elevados valores com as suas viaturas necessárias ao combate aos incêndios e socorro de doentes; 6) Que cabe ao Município, não só protestar junto do Governo em defesa dos cidadãos, mas também ter uma atuação proactiva nesta, o CHEGA em Castro Daire propõe que seja votada a seguinte recomendação: Que o Município, em especial nos meses de Maio a Outubro de 2022 apoie as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho nas despesas com aquisição de combustíveis.” -----

Delfina Conceição Silva Ramalho Pereirinha-----

Intervio cumprimentando a mesa, o Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e restantes membros da Assembleia. Veio expor a situação de uma pessoa idosa residente em Cujó e que alimentava os cães que o rodeavam. No entanto já não consegue garantir o ápio a si próprio muito menos aos cães, referindo que estes são perigosos, tendo já mordido pessoas. Refere que o idoso recebe apoio domiciliário mas dará a comida aos cães. Reforça que a situação que a levou a intervir aqui é a dos cães que são perigosos.-----

Alexandre Paulo Simões Pereira-----

Intervio cumprimentando todos. Informou que participou, enquanto delegado, no Congresso da ANAFRE e que as recomendações estão disponíveis para consulta, sendo importante fazê-lo. Relativamente à intervenção do membro Jorge Figueiredo, o que se assistiu foi a uma réplica da posição do CHEGA que chegou a Castro Daire, uma intervenção populista. Refere que se deve aqui falar de procedimentos, legislação e não de mexericos de rua, pois se teve acesso aos documentos, os consultou e não verificou ilegalidades, deverá ter-se a ombridade de verificar a legalidade do procedimento e não colocar em causa a seriedade das pessoas. Não se pode fazer juízos de valor e sugerir que se deva fazer este ou aquele tipo de procedimento. Deve ter-se correção e não pôr em causa aquilo que é o trabalho quer das intuições quer dos serviços.-----

João Jorge da Silva Figueiredo-----

Intervio novamente referindo que o que motivou a investigação foi o que se constava na rua e as conclusões foi o que se pode constatar.-----

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

Boleza

-----Interveio cumprimentando todos os presentes. Relativamente aos elementos reportados pelo CHEGA informa que privilegiam fornecedores locais e são cumpridas as regras da contratação pública. Quanto aos seguros, já assim é há muito tempo, ou seja, o procedimento é aberto para as seguradoras e não para mediadores, sendo que cada seguradora indica qual será o mediador, da praça, com estabelecimento no concelho. Sobre a proposta dos combustíveis aos Bombeiros informa estar a fazer-se um trabalho que envolve Bombeiros e IPSS's, para se conseguir prestar apoio extraordinário, pois estas entidades já enfrentam muitas dificuldades. Quanto ao referido por Delfina Ramalho, sugere-se que a Junta de Freguesia de Cujo, tendo essa análise mais pormenorizada, agende uma reunião com os serviços da Câmara para uma solução conjunta, para os diferentes problemas, o isolamento da pessoa idosa e os cães que refere serem perigosos.-----

-----**António de Oliveira Giroto**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Quanto ao problema apresentado por Delfina Ramalho, lembra que também existe a Segurança Social que tem obrigações e deveres para com os cidadãos pelo que tem que ser envolvida e convocada para a reunião a realizar.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal refere que naturalmente envolverão outras entidades se necessário.-----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

-----Interveio novamente, referindo saber perfeitamente que as companhias escolhem os mediadores mas considera que era melhor os mediadores escolherem o procedimento.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O senhor Presidente deu a palavra a Blandina Meneses, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira para que prestasse esclarecimentos adicionais relativos à questão dos seguros. No uso da palavra, informou que já foi efetuado por lotes, em alguns anos e alguns lotes ficaram desertos. No entanto há ramos em que são penalizados, chegando-se à conclusão que as companhias concorrem aos lotes que mais lhes interessam e nos mais penalizadores não concorrem ou concorrem com propostas que não são vantajosas.-----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

Interveio, relativamente à proposta apresentada para a questão dos combustíveis, salientando as explicações do Senhor Presidente, pois quando a apresentou, desconhecia que a Câmara Municipal estava já a estudar uma solução para os Bombeiros e IPSS's.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----



Ainda sobre o assunto, refere que uma recomendação para algo faz sentido quando não está nada pensado, pois quando já está a ser pensado e trabalhado não faz qualquer sentido. -----

-----**António de Oliveira Giroto**-----

Em relação a este assunto, refere que todas as contribuições são importantes mas terá de ser ver as competências dos órgãos, pois a Assembleia Municipal não tem competência para fixar os valores aqui em causa. -----

-----**Alexandre Paulo Simões Pereira**-----

-----Interveio, louvando a recomendação, contudo o valor percentual traz incerteza quanto aos valores que o município teria de dispor e que poderão até não ter cabimento no orçamento. Dado o executivo estar a trabalhar nessa matéria, fará sentido ficar a recomendação, cabendo ao executivo fazer a gestão da questão.-----

-----**António Luís Fernandes Ferreira**-----

-----Interveio cumprimentando a mesa, todo o executivo, técnicos do município. Refere que a proposta, tal como está, será um risco colocá-la a votação. A proposta sublinha o que é a intenção do executivo mas está e imiscuir-se na competência da Câmara. A partir do momento em que não existe valor concreto pode ser vantajosa ou castradora. Sugere que se mantenha a proposta mas sem valores estabelecidos.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

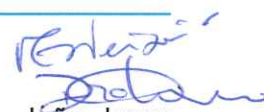
-----Interveio referindo que além da competência que não tem, a Assembleia Municipal estaria a deliberar sobre uma coisa que nem sabe o que é. Aquilo que está a ser pensado neste momento é o critério de distribuição, mais correto e mais justo, dos valores e perceber no orçamento municipal, onde vamos buscar verba para alocar.-----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

-----Interveio referindo que, perante esta situação, a proposta pode ficar sem percentagem e entregará a respetiva proposta com essa mesma correção.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara refere estar presente o Senhor Vereador Horácio Ribeiro e que lhe solicitou que transmitisse ao Conselho da Liga de Bombeiros a necessidade de uma solução face a este problema dos combustíveis, considerando que quem de direito tem que assumir as suas responsabilidades e a Liga deverá reforçar junto da tutela.-----



A **Senhora Presidente** informa que a proposta apresentada pelo membro do CHEGA, João Jorge Figueiredo fica com os considerandos referidos saindo então a percentagem. Colocada a votação a proposta apresentada, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

Ponto Um – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira. -----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

Intervio questionando o Senhor Presidente relativamente a ter referido que a participação na BTL teve um balanço positivo. Salientou a solidariedade castrense em relação ao povo ucraniano. Relativamente ao abastecimento de água, parabenizou o município pelas obras realizadas, mas alertou que a atual captação serve o dobro da população para que foi projetada, questionando se estão previstas novas captações. -----

-----**Lino Gonçalves da Silva** -----

-----Intervio cumprimentando todos. Refere não poder deixar de salientar o facto de o executivo ter decidido levar para a BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, o que de melhor temos para mostrar ao país e ao mundo. A natureza e a água e nessa natureza, os percursos pedestres. E fruto desse reconhecimento é o facto de termos no próximo dia cinco de junho, o Campeonato Nacional de Provas e Montanha, salientando também o facto de o GDR Granja ser parceiro no âmbito do Montemuro Vertical Run, prova que transporta o concelho para a Europa e para o mundo.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

O Senhor Presidente refere que o município já participa na BTL há muitos anos. Este ano o Município participou numa estratégia regional no âmbito da CIMVDL, pois em termos turísticos, aproveitou as valias da região para potenciar o nosso concelho. Esta estratégia conjunta permitiu inclusive financiar a participação dos municípios. A estratégia de levar os Presidentes de Junta tem a ver com a abertura e envolvimento das forças vivas do território. No Turismo só se consegue crescimento com uma promoção forte. Referiu também que esteve uma equipa da Suíça a treinar em Castro Daire. O Montemuro Vertical Run é a abertura da Taça do Mundo e em Portugal realiza-se em Castro Daire. Esta estratégia de promoção foi apresentada, em primeiro lugar internamente e depois na BTL, tendo resultado muito bem, merecendo inclusive o destaque no Turismo do Centro de Portugal.

Foralvia 

No que concerne ao abastecimento de água, foi efetuada substituição de conduta devido às várias ruturas. Em Mões irá também haver um grande consumidor de água que será a Estrutura Residencial para Idosos, sendo necessário, preventivamente, fazer esse reforço de caudal, referindo ainda não ter qualquer indicador de “red line” das nossas captações, não obstante poder haver zonas com dificuldades de abastecimento. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2022.-----

Não participou na votação o deputado municipal António Luís Fernandes Ferreira, por não ter estado presente na sessão a que se refere a ata, em obediência ao disposto no número três, do artigo trigésimo quarto do Código do Procedimento Administrativo.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Três- Tomada de conhecimento da Alteração Simplificada ao PDM – Correção Material, em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 122.º do RJIGT, na sua atual redação.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto Quatro - Acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros para o ano de 2022.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal refere que a Autoridade de Transportes passou a ser a CIMVD, sendo esta que faz o pagamento aos operadores. No final de cada semestre é feito o apuramento dos custos reais e é esse valor que é pago, sendo necessário esta formalidade para que se possa efetuar os pagamentos.-----

-----**António de Oliveira Giroto**-----

-----Interveio referindo que com o fecho das instalações, das quais a Transdev pagava renda as pessoas estão à espera dos transportes nos passeios, questionando quando será implementado no concelho o transporte a pedido, que está em fase experimental nalguns municípios.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

Pinheiro
Doutor

Intervio referindo que a situação da paragem de autocarros é muito débil, não se tendo ainda conseguido chegar a contacto com o proprietário daquele espaço, estando no entanto a ser encetados contactos para que possa voltar a existir aquela opção. Quanto ao transporte a pedido, julga que brevemente possa existir essa resposta, referindo ainda que os táxis foram contactados e que, inclusive, o Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro já terá aderido ao “ir e vir”. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Cinco – Comunicação da situação económica e financeira relativa ao primeiro e segundo semestres do ano de 2021 – ROC para cumprimento da alínea d) do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 12 de setembro. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto Seis - Apreciação do inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e respetiva avaliação, em conformidade com o disposto na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º conjugado com o n.º 2, do artigo 27.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto Sete- Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas para o ano de 2021, nos termos das disposições legais referidas no ponto anterior. -----

-----Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

Intervio referindo que o SNC-AP entrou em vigor em dois mil e vinte com uma forma diferente de contabilização, registando-se vinte e cinco milhões de euros de movimentações, correções e ajustes, o que dificulta a comparabilidade. Em dois mil e vinte e um, a pandemia continuou a ter impacto, sendo os focos a saúde e segurança da população e teve também impacto nas contas do município, com quebra de algumas receitas e aumento de algumas despesas. Apesar de tudo isso, dois mil e vinte e um foi fechado com uma taxa de execução de receita de oitenta e cinco virgula vinte e cinco por cento, taxa de execução da despesa de oitenta virgula setenta e seis por cento e das Grandes Opções do Plano de setenta e seis virgula trinta e um por cento, o que são percentagens bastante significativas no que concerne aos graus de execução. Relativamente ao investimento/despesas de capital, os últimos três anos (dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte), registaram valores mais altos, situando-se em 2020 em cerca de quatro milhões novecentos e noventa e três, aumentando ainda mais em dois mil e vinte e um, atingindo os cinco milhões trezentos e noventa e



sete mil euros de investimento, continuando assim a aumentar a senda do investimento. Quanto à evolução da dívida, refere que dois mil e vinte foi um ano excecional, pois fecharam o ano com todas as faturas a fornecedores rececionadas no município pagas e duzentos e trinta e quatro mil euros de dívida a fornecedores e dois mil e vinte e um com quatrocentos e oitenta e nove mil o que dá bastante credibilidade. Somando aos fornecedores a dívida bancária, no ano anterior fechou-se o ano com quatro milhões e dezoito mil euros de dívida a bancos e fornecedores e em dois mil e vinte e um com quatro milhões e noventa e seis mil euros, ou seja, fechou-se dois mil e vinte e um com mais investimento e com a dívida estabilizada. A margem de endividamento do município passou de dezasseis milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil euros em dois mil e vinte para dezasseis milhões trezentos e oitenta e quatro mil em dois mil e vinte e um. O prazo médio de pagamento a fornecedores em dois mil e vinte e dois foi de quatro dias. Salaria, no entanto, o aumento de despesa com combustíveis, energia elétrica com aumentos colossais de valores. As obras por administração direta, como a obra do Jardim Municipal, a Conduta, o Centro da Vila de Mões, aumentam as despesas correntes mas acabam por ser despesas de capital. Por tudo o que foi exposto, as contas demonstram o rigor orçamental e financeiro, deixando o apreço a toda a equipa da Divisão Financeira. -----

-----**António de Oliveira Giroto**-----

-----Interveio referindo que dois mil e vinte e um foi um ano afetado pela pandemia, e que efetivamente levou à quebra de receita e aumento da despesa, na saúde, na segurança, salientando que os níveis de execução referidos pelo Senhor Presidente de Câmara são bons níveis de execução. Salientou o rentabilizar de funcionários para obras, que demonstra que são de qualidade e com capacidade de trabalho, destacando que a transferência de despesas correntes para despesas de capital é um sinal muito positivo. O prazo médio a fornecedores é excelente para a imagem do município, dá confiança ao município e aos funcionários, reconhecendo também o trabalho da DAF, pois demonstra celeridade nos serviços. O valor do investimento subiu e a dívida também, no entanto a subida do investimento foi maior o que é um bom sinal. Vê-se que há equilíbrio e rigor na gestão e rentabilização de recursos, pois a margem de endividamento do município dá margem para investimento. Este cenário está concertado com o mundo, aumento nos preços dos materiais, dificuldades de mão-de-obra nas empresas, no entanto, refere que deveria haver mais conformação entre a formação financiada e as necessidades do país, pois deveria ter um carácter mais instrumental e não um fim em si mesmo. -----

-----**Fernando da Rocha Felício**-----

*Releza's
gub*

-----Interveio cumprimentando todos. Refere que os documentos de prestação de contas dizem respeito a dois mil e vinte e um e esta Assembleia ainda não tinha sido empossada. No entanto julga que o executivo merece o benefício da dúvida, daí a sua provável abstenção. -----

-----**António Luís Fernandes Ferreira**-----

Interveio cumprimentando todos. Relativamente aos documentos refere que são claros, felicitando quem os elaborou. Destaca as taxas de execução tendo em conta o contexto, são muito importantes. Quanto às despesas de pessoal e de investimento, não quer dizer quer ter muito pessoal seja um problema, desde que se produza mais, sendo o que está a acontecer, deixando um reconhecimento pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com recurso ao pessoal do município. Neste ponto refere fazer um reconhecimento dois em um, felicitando o Senhor Presidente quando trouxe para a sua equipa o Senhor Luís Alberto pois de facto a qualidade do executivo e de todos os que o rodeiam fazem com que aqui nos possamos regozijar. Todas as candidaturas, todo o investimento que está preparado irá ainda subir mais o investimento. Teremos que olhar pela perspetiva técnica e a real e nesta entram os trabalhos realizados pelos trabalhadores do município (jardim municipal, conduta) que são despesas correntes que na realidade são despesas de capital, são investimento. Teremos um município mais desenvolvido e mais atrativo para fixar pessoas. A despesa subiu muito quanto a bens e serviços, referindo ser importante perceber o ponto de situação da eficiência energética. -----

-----**Rui Manuel Pereira Braguês**-----

-----Iniciou a sua intervenção, cumprimentando todos. Referiu que, futuramente a documentação deveria ser enviada com mais antecedência dado o volume de informação a analisar. Relativamente ao Relatório de Atividades, na informação relativa ao Centro Termal, falta detalhar o número de utentes do INATEL, pois são indicadores importantes para a informação estratégica e é de interesse esta Assembleia ter essa informação. Ainda quanto às Termas do Carvalhal, o relatório refere a captação e qualidade da água, o que vê com satisfação, mas gostaria de saber mais em concreto o que foi feito. No que concerne ao Turismo e aos pacotes turísticos, parabeniza o município pelo trabalho efetuado, sendo no entanto importante avaliar e analisar o reflexo, ou seja, o número de pacotes vendidos e o número de turistas que usufruíram dos serviços que os compõem. Quanto às obras por administração direta, parabeniza o município pelo trabalho desenvolvido, nomeadamente no Jardim Municipal, referindo que os funcionários já no passado efetuavam trabalhos por administração direta, mesmo sendo muros e calçadas, sendo tão produtivos hoje como há uns anos atrás. Refere que era importante constar no relatório de atividades as obras que foram feitas por administração direta. Ao nível dos procedimentos de contratação solicita esclarecimento do concurso que, tendo a mesma designação está dividido em dois lotes e gostaria de saber a razão. Relativamente ao Programa Municipal de Melhoria Habitacional, questiona qual o número de apoios



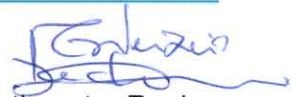
atribuídos pois não consta o número de agregados abrangidos. Relativamente ao Associativismo deveriam constar os valores atribuídos por tipo de programa. Em relação á incubadora de empresas o documento não refere quantas empresas se instalaram nesse espaço nem quantos empreendedores já foram apoiados. Quanto aos Descontos de Natal, também não se especificam valores e era importante terem esses dados. Para terminar, realça o valor das despesas com pessoal, que cresceu relativamente a dois mil e vinte e que o município ultrapassou o limite das despesas correntes e apresenta um saldo primário negativo, sendo o resultado líquido do exercício negativo. -----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

Intervio apresentando a seguinte declaração de Voto: *“Em primeiro lugar é necessário lembrar que o CHEGA não votou os orçamentos e planos de 2021 e não tem qualquer responsabilidade na sua execução. Em segundo lugar, do documento de prestação de contas retira-se a saúde financeira do Município. Pelo sexto ano consecutivo, o Município apresenta resultados líquidos operacionais negativos. No exercício de 2021 obtém mesmo o resultado mais negativo (-4.029.221,21 euros) – mais 35% que o último resultado negativo (2020) e mais do dobro do resultado negativo de 2017. Na certificação legal das contas consta a deficiente apreciação e valorização do património do município. E estranha-se que os gastos com pessoal tenham aumentado em mais de 320.000 euros em relação ao exercício anterior, quando no primeiro semestre de 2021, até seguiam 3% a menos que no primeiro semestre de 2020. Além de que não refletem com precisão os gastos, por exemplo, com a obra do jardim Municipal, não discriminando os fornecimentos externos e os gastos com pessoal. Em terceiro lugar, no que ao relatório de actividades diz respeito, além de omissos quanto a informação relevante (por exemplo, quanto aos reais custos de alguns sectores e departamentos), é um documento que demonstra a execução de um plano de actividades que esta Assembleia não aprova, tem uma natureza meramente propagandística e de duvidosa utilidade. E chega até a contrariar a vontade do Sr. Presidente da Câmara que prometeu em campanha eleitoral que o Jardim Municipal seria inaugurado em Dezembro de 2021 e ao que se sabe nem sequer está concluído. Neste sentido é dever do CHEGA votar contra os documentos apresentados.”* -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----Intervio referindo que as taxas de execução são, obviamente, boas taxas, deixando o restante para a ambição que existe e estão também muito dependentes de entidades externas. As obras por Administração direta, têm a ver com questões de estratégia, entendendo que a Câmara, por administração direta, não deveria fazer apenas muros e calçadas e sim outro tipo de obras. Foi feita muita pavimentação por administração direta. Fazer uma calçada também é investimento, mas se compararmos com o Jardim Municipal e o Centro de Mões é uma rentabilização muito diferente



pois são trabalhos de outro nível de complexidade e é isso que atribui valor ao investimento. Realça que a subida da dívida foi inferior à subida do investimento. A questão do elemento do Gabinete de Apoio é porque existe a experiência do trabalho, do otimizar da estratégia e por isso a escolha do adjunto, permitindo termos a capacidade de rentabilizar os recursos. Quanto à eficiência energética, refere que o procedimento está em audiência prévia. Respondendo à questão relativa ao que estaria a ser feito nas Termas do Carvalhal, refere que foi feito investimento nas captações, sistema de desinfecção e tratamento de água. Refere que as Termas têm três furos, um deles, feito ainda no mandato da Senhora Eng. Eulália, de onde brota água a sessenta graus celsius. Foi por isso realizado investimento no arrefecimento da água. A aposta fundamental foi no recurso água, para que no futuro possamos não ter problemas na qualidade da água termal. As questões referidas/sugestões o lote um e dois, com o risco de não haver dimensão e os concursos ficarem desertos dada a dificuldade de mão-de-obra e matérias primas, foi decidido agrupá-los para ganhar escala. Quanto à questão colocada pelo membro da Assembleia Jorge Figueiredo, refere que os resultados líquidos do exercício são negativos há vários anos sendo os resultados líquidos operacionais positivos. Em termos políticos existia a expectativa de em dezembro de dois mil e vinte e um, o Jardim Municipal estar pronto, no entanto já foi aberto concurso, por duas vezes para o Welcome Center e ficou deserto. O Welcome Center é um edifício futurista e diferente. No entanto, refere estar muito satisfeito com a quantidade de pessoas que ali pára e tira fotos no lettering do Jardim, não tendo dúvidas que Castro Daire tem atualmente um dos centros mais atrativos. -----

Posto este ponto à votação, o mesmo foi apreciado e votado por maioria, com 30 votos a favor, um voto contra e três abstenções.-----

Votou contra o membro da Assembleia Municipal Jorge Figueiredo e pela abstenção os Membros da Assembleia Municipal Fernando Felício, Rui Braguês e Paula Fernandes. -----

Ponto Oito – Alteração orçamental modificativa – Revisão número um, para efeitos da alínea a) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo. --------

Ponto Nove – Análise, discussão e aprovação do Projeto de Alteração do Regulamento do Cartão Municipal Viver Mais, para cumprimento da alínea g) do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, na sua atual redação.-----

Ferreira *Gato*

A Senhora Presidente da Assembleia refere tratar-se da revisão de um Regulamento já existente, dando a palavra à Senhora Vereadora Idália Ribeiro, para melhor contextualização. -----

A Senhora Vereadora Idália Ribeiro interveio cumprimentando todos. Refere que o Cartão Viver Mais foi criado em 2004, teve parcerias estabelecidas e foi revisto em 2007. O objetivo é aumentar a rede de benefícios junto das entidades e entendeu-se efetuar esta revisão. -----

-----**António de Oliveira Giroto**-----

-----Interveio referindo que em relação ao Cartão Viver Mais, as circunstâncias mudaram. Nota que entre 2009 e 2017 foi integrado no cartão a questão dos transportes para os idosos e foi uma medida positiva. Refere que na altura em que o cartão foi criado houve um grande impacto e envolvimento de parcerias com o comércio local, questionando se agora será assim.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----Refere que é precisamente para dar mais vida a este cartão, para se criar uma maior rede com o comércio local, para que os comerciantes possam atribuir benefícios e para que as pessoas possam também comprar localmente.-----

-----**Zacarias Almeida Gomes**-----

-----Interveio perguntando se existe um critério de idade no Regulamento para atribuição do cartão e se o mesmo poderia ser alargado a mais novos, com dificuldades económicas.-----

-----**A Senhora Vereadora Idália Ribeiro**, em resposta, refere que o cartão contempla pessoas com 60 anos ou mais e portadores de invalidez e pensão social para a inclusão.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo. -----

Votou pela abstenção o membro da Assembleia Municipal, Jorge Figueiredo.-----

Ponto Dez – Análise, discussão e aprovação do Projeto de Criação do Regulamento de Funcionamento do Auditório do Centro Municipal de Cultura, para cumprimento da alínea g) do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, na sua atual redação.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal refere que se trata da criação de um Regulamento que não existia e se considera fundamental. -----

-----**Intervenção da Senhora Vereadora Idália Ribeiro**-----

-----Interveio referindo que este Regulamento respeita a uma infraestrutura que tem vinte anos mas nunca teve regulamento, sendo muito solicitada. Prevê a introdução de uma bilheteira, cujo preço será definido pelo executivo municipal caso a caso.-----

-----**António de Oliveira Giroto**-----



-----Interveio felicitando o executivo por fazer o que ele próprio não fez nem quem o sucedeu, referindo que são áreas de atuação que lhe dizem muito. Este regulamento permite planejar a ocupação do espaço, pois nos eventos só entrarão no espaço ou com bilhete ou com convite. O regulamento proporciona o planeamento inclusive numa situação pandémica. Permite que a entidade, privada ou pública, ao solicitar a utilização do auditório assuma a responsabilidade e permite ainda que o próprio serviço providencie os recursos humanos e materiais necessários para tal. Vem colocar ordem na casa e podendo não ser perfeito, é um passo que nunca foi dado. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo. -----

Votou pela abstenção o membro da Assembleia Municipal, Jorge Figueiredo.-----

Ponto Onze – Pombeira Adventure Park - Análise e Emissão de Declaração de Interesse Municipal da operação “Renovação das Aldeias – Recuperação dos Moinhos Ancestrais da Pombeira, Tomadas de Água e Percursos Pedonais”. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----Interveio referindo ser do conhecimento de todos o que é a previsão para o Pombeira Adventure Park. Está-se agora numa outra fase, que tem a ver com a recuperação dos moinhos e que tinha ali já assumido que continuariam a procurar novas linhas de financiamento, para o efeito.---

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

----- Interveio referindo que tudo o que for para benefício do concelho é sempre bem-vindo. Questiona quando foi adjudicado este serviço, como e qual o critério. Refere ouvir dizer que foi feito e aprovado o projeto para a Pombeira sem se saber quem são os proprietários dos terrenos. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----Interveio referindo que o projetista desta fase é o mesmo da fase anterior, que foi por concurso público. A questão dos terrenos, quando se planeia uma candidatura não se tem a certeza que a mesma venha a ser aprovada, daí não fazer sentido negociar terrenos nessa fase, mas sim quando as candidaturas são aprovadas. Realça que dado se estar sujeito a muitos pareceres, há necessidade de ajustes. As adjudicações surgem no âmbito de consultas ao mercado e concursos públicos. -----

-----**Zacarias Gomes de Almeida**-----

-----Refere que está de acordo com a emissão da Declaração de Interesse, no entanto o município deveria também olhar para outros pontos do concelho e não apenas para a Pombeira. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente refere que naturalmente têm que ser feitas opções políticas. Salaria já ter dito nesta Assembleia que Parada de Ester foi alvo de muito investimento em vias municipais, que estavam em muito mau estado e outras freguesias não tiveram o mesmo volume de obra. É um trabalho que tem que ser feito, gestão de prioridades, pois este parque tem um enorme potencial. Tem que haver equilíbrio dando o exemplo do Montemuro Vertical Run, em que foi decidido ser em Parada, e certamente, poderia também ter sido noutra freguesia. Esta primeira edição poderá despertar a necessidade de investimento. A Freguesia de Parada vai ter lá o Campeonato do Mundo e outras freguesias também gostariam, certamente, de o receber.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO:** Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

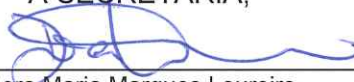
-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Maria Eulália da Silva Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram doze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Dora Maria Marques Loureiro, Técnica Superior, para o efeito designada, que a secretariei e redigi.---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



- Maria Eulália da Silva Teixeira-

A SECRETÁRIA,



-Dora Maria Marques Loureiro-